



**ALMEIDA, M. L. P. de; CATANI, A. (Org.).**  
*Educação superior iberoamericana: uma análise para além das perspectivas mercadológicas da produção do conhecimento.*  
Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015. 270 p.

*Liliane Bordignon<sup>1</sup>*  
*Fabiana de Cássia Rodrigues<sup>2</sup>*



O livro em questão é uma coletânea de quatorze artigos que abordam os dilemas da educação superior no contexto do capitalismo globalizado na América Latina, em Portugal e na Espanha. Os textos revelam que as mudanças na organização das universidades nos países analisados, realizadas nas últimas décadas, foram orientadas por políticas públicas influenciadas pelos pressupostos do acordo de Bolonha. Foram promotoras da internacionalização e mercantilização da educação superior, de avaliações em larga escala, de reformulação curricular, etc. Ao mesmo tempo, os artigos mostram que este processo não é linear e que cada país possui sua particularidade, como as experiências curriculares diferenciadas, as cotas étnico-raciais para acesso ao ensino superior, a vinculação da universidade aos movimentos sociais, dentre outras experiências alternativas aos modelos predominantes.

Desta forma, o conjunto de textos organizados por Maria de Lourdes Pinto de Almeida e Afrânio Mendes Catani contribui para a compreensão e enfrentamento dos problemas da educação superior no espaço Ibero-americano, apresentando seus problemas: as transformações na carreira docente e na pesquisa, os processos de privatização deste nível de ensino e muito mais, assim como projetos alternativos: ações afirmativas e a criação, em 2013, de universidade federal, com projetos vinculados às demandas da sociedade na região de fronteira no sul do Brasil.

Na apresentação do livro, os organizadores ressaltam que a sistematização desta reflexão sobre a educação superior pressupõe que o substancial desenvolvimento técnico-científico ocorrido na região, nas últimas décadas, não tem estado a serviço da diminuição das desigualdades sociais e das disparidades entre as nações que compõem o espectro do

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da FE – Unicamp. E-mail: [lilianebordignon@yahoo.com.br](mailto:lilianebordignon@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutora em educação pela FE – Unicamp. Professora do Mestrado em Educação da UNIVAS (Universidade do Vale do Sapucaí). E-mail: [fabicassia@yahoo.com.br](mailto:fabicassia@yahoo.com.br)

Recebido em: 24/07/2015 – Aceito em: 29/08/2015

capitalismo globalizado. Por isso, consideram que é preciso promover espaços para análises críticas sobre a educação superior, assim como sobre as propostas que buscam colocar a produção da ciência e da tecnologia a serviço da resolução dos problemas sociais.

Os textos foram organizados em três partes: a primeira, versando sobre as políticas educacionais no contexto da educação superior; a segunda, com estudos de caso da Argentina, Chile e Brasil; e a terceira, sobre as perspectivas mercadológicas para a educação superior nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Ao final, é apresentado o posfácio *A universidade na encruzilhada de paradigmas*, que trata das transformações na estrutura da universidade no espaço europeu, analisando, em especial, a situação e consequências do modelo “Universidade Empresa” na contemporaneidade, sintetizando reflexões também realizadas por outros autores.

A primeira parte, *Políticas educacionais no contexto da educação superior*, é composta por quatro artigos (Capítulos I ao IV) que problematizam as políticas públicas que englobam a educação superior. César Tello abre a seção com o texto *Las políticas educativas em Latinoamérica: 1990-2012. Derroteros: avances y preocupaciones*, analisando as implicações das propostas neoliberais até chegar às mudanças mais recentes, que denomina de pós-neoliberais. Destaca que a concepção de “Estado avaliador”, estabelecida na década de 1990, permanece em vigor nas políticas públicas mais recentes desenvolvidas na região. Para o autor, a intensificação da mercantilização da educação superior, principalmente por meio da prestação de serviços intelectuais, como as consultorias oferecidas por docentes, são problemas que precisam ser analisados e enfrentados nas universidades latino-americanas.

Antonio Bolívar e Rosel Bolívar Ruano, no artigo *Docencia e Investigación en el contexto de la Universidad actual*, analisam as concepções de docência e investigação presentes na universidade europeia na atualidade. Informam que as universidades enfrentam o dilema de formar, ao mesmo tempo, para o exercício de uma profissão e para o desenvolvimento da cultura geral. Segundo os autores, a Universidade está deixando de ser um direito público e passando a ser uma instituição fornecedora de serviços, orientada pelos princípios da Nova Gestão Pública, que busca a eficácia em relação aos custos de serviços oferecidos pelo Estado. Bolívar e Ruano apontam que na Europa foram realizadas reformas no ensino superior buscando atender ao que se denomina novas exigências da sociedade do conhecimento, que alteraram os sentidos assumidos pela docência e a investigação na sociedade. Demonstram que a docência está sendo cada vez mais substituída pelas atividades em meios eletrônicos e a universidade, em geral, deixando de ser o centro irradiador da produção do conhecimento, passando a prestadora de serviços.

No mesmo sentido, José Camilo dos Santos Filho, no texto *Propósitos da universidade e novas formas de responsabilidade social*, apresenta uma reflexão sobre a seguinte questão: a universidade deve manter distanciamento crítico diante dos problemas e demandas sociais ou assumir um engajamento comprometido com a realidade social concreta do país? O autor pondera que existem diferentes tipos de universidades, que se desenvolveram a partir de perspectivas distintas, como as Alemãs, voltadas à construção de

uma ciência desinteressada e as estadunidenses, que inauguraram uma universidade voltada ao oferecimento de serviços à sociedade. Santos Filho defende que a universidade deve ter a capacidade de organizar a produção do conhecimento em torno dos problemas sociais, introduzindo em seus currículos a educação interdisciplinar e temas-problemas da sociedade, aumentando, com isso, a responsabilidade social da universidade.

Finalizando a primeira parte, está o artigo *Ações afirmativas e política de cotas no Brasil: proposições político sociais em debate*, de Sandra Veit Pillati e Elton Luiz Nardi, que versa sobre o desenvolvimento de ações afirmativas, em especial sobre o estabelecimento de cotas étnico-raciais e sociais nas universidades públicas. Ressaltam que as cotas étnico-raciais e sociais são reivindicações apresentadas já na década de 1980 pelos movimentos sociais, mas que somente em 2012 se tornaram Lei Federal (nº. 12.711) no Brasil. Os autores apresentam um levantamento da produção do conhecimento sobre as cotas raciais e sociais no país, bem como uma análise sobre o desenvolvimento da legislação brasileira no estabelecimento de cotas no ensino superior. O texto contribui para a compreensão da importância das políticas públicas de acesso ao ensino superior público no Brasil, país fortemente marcado pelas desigualdades educacionais e étnico-raciais.

A segunda seção, *Estudos de caso em Argentina, Chile e Brasil*, é composta por sete artigos (Capítulos V ao XI). No quinto capítulo, *La Universidad de los gobiernos Kirchner*, Carlos Francisco Mazzola apresenta uma reflexão sobre as políticas para a educação superior no período Kirchner, na Argentina. Ressalta que uma das principais propostas foi a mudança da lei da educação superior, que promoveria a alteração estrutural da universidade, inclusive seu financiamento, uma ação que ainda não chegou a ser concretizada. O autor afirma que houve avanços nos governos Kirchner no âmbito do ensino superior, em especial em relação às avaliações em larga escala, à qualidade do ensino e à expansão de instituições e vagas nas universidades. No entanto, graves problemas permanecem, como o alto índice de evasão dos estudantes que não conseguem manter-se na universidade, obliterando os projetos alternativos construídos no período e mantendo o desenvolvimento do ensino superior em consonância com os pressupostos de reformas neoliberais, como o acordo de Bolonha.

María Verónica Leiva Guerrero e María Leonor Conejeros Solar, no artigo *El cambio en los sistemas de financiamiento de la educación superior chilena: ¿lucro o calidad?*, abordam as formas de financiamento do ensino superior chileno nas últimas décadas (1960-2000). As autoras apontam que houve expansão do financiamento entre 1960 e 1980, seguindo, posteriormente, uma trajetória descendente e voltando a crescer somente na década de 2000, com as políticas de expansão do ensino superior derivadas do crescimento econômico na América Latina no período. Ainda que o financiamento tenha aumentado, Guerrero e Solar argumentam que as universidades chilenas continuam cobrando taxas de acordo com a situação socioeconômica dos estudantes. Apontam que o Chile possui um sistema de educação superior marcadamente privado e as universidades dependem do recurso oriundo das famílias, pois o financiamento estatal não é suficiente e está concentrado em um pequeno grupo de universidades.

No capítulo VII, Maria de Lourdes Pinto de Almeida apresenta no texto *Políticas de educação superior no Brasil: um estudo da relação da Universidade de Campinas (Unicamp) com o setor produtivo (1980-1992)*, um panorama da educação superior na década de 1980, a partir de um estudo de caso, analisando, em especial, propostas do Plano Nacional de Desenvolvimento para a Ciência e a Tecnologia. Destaca que a Unicamp passou por um processo de mudança que orientou as ações da universidade, em especial a pesquisa, para o atendimento das demandas mais imediatas do desenvolvimento científico e tecnológico. Na década de 1990, a perspectiva de modernização, por meio de consultorias, originada na década anterior, intensificou-se. O argumento que orientava estas práticas era a necessidade de aumento da eficiência e competitividade do setor produtivo brasileiro, que segundo os defensores da proposta estava muito vinculado aos incentivos estatais. A autora destaca que a transferência de tecnologias desenvolvidas na universidade para empresas financiadoras ou parceiras foi a marca das políticas internas da Unicamp no início da década de 1990, demonstrando, com isso, a intensificação do processo de mercantilização da pesquisa científica.

Mirian Lúcia Gonçalves e Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira apresentam no capítulo VIII, *Contribuições da educação geral na formação de médicos e pedagogos de uma universidade pública*, uma análise da importância da educação geral na concepção de egressos de cursos de pedagogia e medicina da Universidade Estadual de Campinas, entre 2006 e 2010. As autoras analisaram a opinião de 159 egressos sobre sua concepção com relação à formação inicial após terem ingressado no mercado de trabalho, demonstrando que os estudantes da medicina afirmam ter uma formação com forte presença de atividades práticas na área e o curso de pedagogia forte fundamentação teórica. Os egressos de ambos os cursos avaliaram que a formação que receberam tem estreita relação com a atuação profissional e reforçam sua importância para o trabalho que exercem. De acordo com as autoras, os egressos apontam que vivenciaram uma formação que lhes possibilitou uma atuação que denominam profissional-cidadã, que forma para o trabalho, mas não está desvinculada da reflexão sobre as necessidades da sociedade.

No capítulo IX, *Movimentos sociais e Universidade Popular no Brasil: a experiência de implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS*, Joviles Vitório Trevisol analisa a criação da UFFS, considerando-a uma conquista do movimento Pró-Universidade do Rio Grande do Sul. A UFFS foi a primeira universidade criada nesta área do sul do país (Lei nº. 12.029/2009), resultado de movimentos de reivindicação organizados e das ações do Plano Nacional de Educação (2001-2010) que previa a expansão do ensino superior público. O autor ressalta que a nova universidade promoveu a democratização da administração, contando com a participação da comunidade, assim como um compromisso com a escola pública, por meio dos programas de acesso e a criação de licenciaturas. A universidade também procurou se vincular a produção de conhecimento com a agricultura familiar, configurando-se uma experiência alternativa de educação superior.

Margarita Victoria Rodríguez e Silvia Helena Andrade de Brito analisam no artigo *Implantação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica*

(PARFOR) em Mato Grosso do Sul, os desafios e problemas colocados pelo desenvolvimento do PARFOR, que começou a operar na região em 2009, em polos da UAB. As autoras relatam que a coleta de dados que embasou o diagnóstico para a criação dos cursos foi bastante insuficiente, por isso, os cursos não atingiram a demanda existente. As autoras avaliam que o Plano não foi bem-sucedido na região analisada, argumentando que o estado do Mato Grosso do Sul não cumpriu com os compromissos assumidos com a federação. A Secretaria Estadual de Educação não ofereceu a infraestrutura adequada e também não liberou os professores para realizarem os cursos. Observa-se que apesar de o PLANFOR expandir os programas de formação de professores, é preciso que sua execução seja minimamente garantida pela federação.

Luiz Carlos Lückmann fecha a seção com o artigo *O modelo comunitário de Educação Superior*, analisando experiências de universidades nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O autor pondera que as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) nestes estados possuem um modelo diferenciado de organização institucional. Defende que elas não funcionam como instituições privadas, argumentando que possuem outra característica, que também não as iguala às universidades públicas, configurando-se como um modelo público – não estatal. Segundo o autor, esta característica foi ratificada pelo governo federal em 2013, com a “Lei das Comunitárias” (Lei Federal nº. 12.881). Lückmann defende que o modelo de ICES não foi criado para substituir a ação do Estado, mas para com ela colaborar. No caso dos estados analisados, as instituições comunitárias foram criadas em regiões nas quais não havia atuação do poder público, distantes de grandes centros, em regiões de fronteira, longe de universidades públicas consolidadas. Para o autor, estas experiências configuram-se como um modelo alternativo de desenvolvimento da educação superior na atualidade.

A terceira parte, *Perspectivas mercadológicas na produção do conhecimento*, contém os três últimos artigos do livro (Capítulos XII ao XIV), que abordam a produção do conhecimento sobre a expansão da educação superior no Brasil nas últimas décadas.

Regina Maria Michelotto, Catarina Almeida dos Santos e Afrânio Mendes Catani abrem a seção com o texto *A produção do conhecimento na expansão da educação superior no Brasil*, uma análise oriunda de pesquisa mais ampla, que investigou, dentre outras fontes, as revistas da área da educação classificadas como Qualis A1 e A2 pela CAPES, entre 1997 e 2010. No artigo, analisam, em específico, 29 artigos publicados na Revista *Educação e Sociedade*, buscando identificar as orientações políticas, os indicadores acadêmico-científicos e as tendências em curso na área da educação, no contexto da expansão do ensino superior. Nos artigos publicados entre 1997 e 2003, há predominância da discussão sobre a configuração que adquiriu a educação superior no governo FHC, apontando que as reformas neoliberais promoveram a expansão do ensino privado. Os textos publicados entre 2004 e 2010 fazem a análise do governo FHC considerando também as mudanças em andamento promovidas pelo governo Lula, apontando continuidades e descontinuidades nos processos. O texto apresenta um importante panorama de pesquisas sobre os projetos em desenvolvimento na educação superior no Brasil.

Mariluce Bitar e Wercy Rodrigues Costa Júnior, no capítulo XIII, *Política de avaliação da pós-graduação em educação – a criação e implementação do modelo baseado na produtividade e na quantidade da produção*, apresentam uma análise sobre a criação e implementação da pós-graduação em educação e dos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG), desde 1975. Os autores têm como foco os conceitos de produtividade, qualidade e avaliação expressos nestas políticas e apresentam uma análise específica do V PNPG, estabelecido em 2005. Destacam que a CAPES foi se tornando a principal responsável por estabelecer um padrão de qualidade e por generalizá-lo através da avaliação de todos os programas de pós-graduação do país, o que aparece como um dado no V PNPG. Para alcançar o financiamento, os programas de pós-graduação devem se submeter aos critérios de produtividade que não levam em consideração os processos, e sim os produtos. Os autores ressaltam que é preciso se voltar à análise da qualidade da produção científica na pós-graduação para além da análise quantitativa, buscando enfrentar seus problemas.

Por fim, João dos Reis Silva Jr., Fabíola Bouth Grello Kato e Luciana Rodrigues Ferreira fecham a seção com o artigo *O papel da CAPES e do CNPq após a reforma do Estado brasileiro: indução de pesquisa e da produção do conhecimento*, apresentando uma análise das mudanças nas diretrizes da educação superior no Brasil no contexto da Reforma do Estado na década de 1990 e suas consequências para as décadas posteriores. Abordam as proposições do governo Lula da Silva e apontam que elas referendam parte das políticas desenvolvidas na década anterior e buscam impulsionar novos projetos também vinculados ao atendimento das necessidades mais imediatas do setor produtivo. Analisam, em especial, as proposições do PNPG (2011-2030) e indicam que ele referenda uma produção científica voltada ao atendimento das necessidades do capitalismo mundializado. A avaliação intensificada, o empreendedorismo e a internacionalização da educação aparecem como elementos centrais do Plano, referendendo proposições que já figuravam no contexto da Reforma do Estado na década de 1990.

O livro representa um convite à reflexão sobre as mudanças na educação superior, em especial aquelas ocorridas nas últimas décadas do século XX, que compreende o desenvolvimento de políticas “quantitativistas” de avaliação da produção do conhecimento, alterações na carreira docente, mercantilização da pesquisa científica, internacionalização dos currículos, etc. Além disso, apresenta os desafios colocados pelos projetos alternativos, que buscam superar barreiras étnicas e sociais, bem como atender reivindicações históricas dos movimentos sociais. Observa-se, na leitura, que há um longo caminho a percorrer na direção da construção de uma educação superior comprometida com a resolução dos problemas dos países que compõem o espaço Ibero-americano.